

Lélia Gonzalez no Jornal Mulherio: análise do artigo Pesquisa Mulher Negra¹

Ana Beatriz dos Santos MENEZES²

Márcia GUENA³

Universidade do Estado da Bahia, Uneb, Juazeiro, BA

RESUMO

O presente trabalho analisa o artigo Pesquisa Mulher Negra (1981), assinado por Lélia Gonzalez (1935-1994), antropóloga e uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado (MNU). O texto faz parte DA 3ª EDIÇÃO do Jornal Mulherio, veículo de Comunicação feminista e alternativo– define-se alternativo como, dentre outras definições, algo que não está ligado a políticas dominantes, conforme Kucinski (1991) – , que circulou na década de 1980, no Brasil. Diante disso, buscou-se estudá-lo pensando a interseccionalidade que atravessam as questões relacionadas a mulher (AKOTIRENE, 2019), pois acredita-se que o artigo estudado – o jornal como um todo – pautam um feminismo plural, racializado. Logo, usou-se como metodologias a análise de conteúdo (BARDIN, 2011), e a teoria do enquadramento jornalístico (ROTHBERG, 2010).

PALAVRAS-CHAVE: Jornal Mulherio; feminismo; análise de conteúdo; enquadramentos; interseccionalidade.

Introdução

Antes de tudo, é preciso tratar de conceitos e contextos que norteiam este trabalho. O Feminismo, movimento social que busca a igualdade de direitos entre homens e mulheres em diversas esferas da sociedade, é um conceito surgido no final do século XIX. Por ser originalmente pensado por mulheres brancas e europeias, num viés liberal e eurocêntrico, não contemplava questões como raça, classe e gênero – em suas especificidades –, o que é apontado por pensadoras negras, como Carla Akotirene (2019).

Na década de 1980, o feminismo no Brasil ganha força e se consolida como um movimento social e político significativo. Esse período foi marcado pela articulação de diversas organizações e grupos de mulheres que reivindicavam a igualdade de direitos, o combate à discriminação de gênero e a ampliação da participação feminina na esfera pública, como aponta Sarti (2004) em seu artigo O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. A autora traça um panorama de como o feminismo se estrutura no Brasil nessa época.

¹ Exemplo: Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho (Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico), evento integrante da programação do 24º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 8 a 10 de maio de 2024.

² Estudante de Graduação do 5º semestre de Jornalismo em Múltiplos Meios do Departamento de Ciências Humanas da UNEB, e-mail: beatrizmenezes30@gmail.com

³ Orientadora do trabalho. Professora Doutora do curso de Jornalismo em Múltiplos Meios e do Programa em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos - PPGESA, vinculado ao Departamento de Ciências Humanas da UNEB, e-mail: marciaguena@gmail.com

Também nesse período, o Brasil vivia a Ditadura Militar (1964-1985), período de falta de democracia, supressão de direitos constitucionais, censura, perseguição política e repressão aos que eram contrários o regime militar. Paralelo a isso, surgia em São Paulo uma organização pautada na defesa do povo negro em todos os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais, a qual é pensada a partir de uma série de episódios racistas na cidade: o atual Movimento Negro Unificado, nascido em 1978.

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. É uma forma de usar todos os sentidos disponíveis para entender as mulheres negras, em suas diversidades, seja de gênero, sexualidade, classe, geografias e outras particularidades (AKOTIRENE, 2017).

O Jornal Mulherio

O Jornal Mulherio foi um veículo de comunicação alternativo – entende-se alternativo como, dentre outras definições, algo que não está ligado a políticas dominantes, conforme Kucinski (1991) – que existiu durante a década 1980 no Brasil (1981-1988), sendo reconhecido pela sua produção jornalística engajada com as pautas feministas. Surgiu de um grupo de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas (FCC), inicialmente como um boletim noticioso que tratava das mulheres, mas que, posteriormente, foi se desenvolvendo e se tornou um canal onde os núcleos organizados de mulheres poderiam trocar experiências; sua criação é justificada pela falta de informações aprofundadas sobre os problemas da mulher brasileira.

De acordo com a sua primeira edição, nomeada número 0 e datada de março e abril de 1981, o jornal é um grupo de mulheres que busca ressignificar o que é ser mulher no Brasil, mas com uma linguagem descomplicada:

Mulherio, por sua vez, nada mais é do que “as mulheres” ou “uma grande porção de mulheres”. É o que somos, é o que este jornal será. Sim, nós vamos nos assumir como o Mulherio e, em conjunto, pretendemos recuperar a dignidade, a beleza e a força que significam as mulheres reunidas para expor e debater seus problemas. De uma maneira séria e consequente, mas não mal-humorada, sizada ou dogmática (Mulherio, ano I, nº 0, março/abril de 1981, p. 9)

Artigo Pesquisa Mulher negra: análise de conteúdo

O artigo "Pesquisa Mulher Negra" foi escolhido para análise porque dialoga com a interseccionalidade (AKOTIRENE, 2017), além de ter sido escrito por Lélia González (1935-1994), a qual foi uma das fundadoras do hoje definido como Movimento Negro Unificado – nascido em 1978, para desmascarar o racismo velado da sociedade nacional –, e membro do Conselho Editorial do Jornal. Gonzalez pensava o feminismo numa perspectiva afro-latino-americano (2020), e tornou-se uma referência no combate ao racismo, tanto no âmbito acadêmico como na atuação política.

O artigo que é objeto de estudo deste trabalho consta na edição de número três do Jornal, e faz parte do Caderno de Pesquisa. Está disposto em duas páginas (oito e nove), e é composto por 20 parágrafos. O texto divide-se em quatro subtítulos: As dificuldades do movimento negro; A Mulher Negra na Força do trabalho; Ganhando menos que as brancas e Família, casamento e desigualdade racial. São usadas duas tabelas para contextualizar e dar sentido: a primeira mostra a porcentagem de trabalhadores(as) brancos e negros(as) por categorias ocupacionais, e a segunda a porcentagem dos salários femininos em relação aos masculinos, e dos salários das mulheres negras e brancas, por nível ocupacional, comparando-os. Observa-se que o texto possui um adequado percurso gerativo de sentido (FIORIN, 2006), coesão e linguagem simples, apesar de ser em um jornal de pesquisadoras, o que possibilita fácil compreensão.

Diante disso, nota-se que o jornal possui o discurso de imprensa alternativa: existiu durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985), mesmo que em seus últimos anos, e era contra o regime, atuando como forma de resistência; era escrito somente por mulheres e para mulheres; além de que falava sobre temas relacionados ao gênero, mas não na visão de culinária, casa etc., mas sim temas como aborto, produção científica feminina, racismo, relações abusivas de trabalho etc. Em suma, as pautas giravam em torno do que defende o feminismo, do que vai contra os ideais conservadores e políticas hegemônicas da época, e, portanto, é visto como um dos 150 jornais alternativos que existiram no Brasil entre as últimas décadas do século XX (KUCINSKI, 1991).

Enquadramentos identificados

Partindo para analisar os enquadramentos, Danilo Rothberg, no artigo O conceito de enquadramento e sua contribuição à crítica de mídia (2010), discorre teoricamente sobre o que é o enquadramento: é a ideia central que organiza a construção do Jornalismo, sendo esta atravessada por interesses diversos (2010). O autor destaca que há vários tipos de enquadramento, apontando o enquadramento temático como o marcado por “abordagens contextualizadas, plurais e abrangentes, que avaliam implicações e consequências” (ROTHBERG, 2010, p. 24).

Logo, acredita-se que o artigo analisado possui o caráter de enquadramento temático, pois, apesar de possuir um aspecto institucional, do Estado – há tabelas construídas com base na Pesquisa de Amostra Domiciliar (PNAD) de 1976, que fala sobre as disparidades de emprego entre homens e mulheres, trazendo o recorte da raça –, não tem viés oficial; González aponta as causas e os efeitos que levam a aqueles problemas, segundo ela, causados pelo racismo estrutural e pelo patriarcado, de onde partem todas as outras mazelas, as quais se acentuam quando se trata de mulheres negras.

A ativista aponta ainda as dificuldades que o movimento negro enfrenta, fazendo uma análise minuciosa sobre como as dinâmicas de trabalho se dão no Brasil da época, com uma linguagem que possibilita a fácil compreensão. Há também a presença de uma narrativa contextualizada, pois a autora sai do texto para embasar melhor seus posicionamentos; nota-se isto quando aborda o fenômeno mulher chefe de família, estudado por Carmen Barroso, pesquisadora brasileira e membro do Conselho Editorial do periódico. Ademais, faz uma análise comparativa dos casamentos no Brasil, os quais, segundo a autora, em sua maioria são intrarraciais, e intensificam as desigualdades. González conclui o texto indo contra o termo democracia racial, o que, na sua visão, é apenas um “mito muito bem bolado”.

Por fim, observa-se nuances relacionadas à interseccionalidade na exposição de diversas temáticas que compõem o artigo, nas quais percebe-se um discurso de múltiplas problemáticas enfrentadas pelas mulheres negras. Por tais questões, nos é permitido entender como essas diferentes formas de opressão se combinam e se manifestam na vida cotidiana de mulheres negras, despertando o senso crítico e reflexão.

Considerações finais

A partir da elaboração deste trabalho pode-se concluir que o Mulherio configura importância para o movimento feminista no Brasil, que ia se firmando nesta década, conforme Sarti (2004), além de ter contribuído para o imaginário da mulher no campo científico, fazendo até mesmo com que, as mulheres, ao lerem o jornal, pudessem se enxergar como pessoas que podem ir além do que lhes foi imposto historicamente, pelo patriarcado, racismo etc.

Dessa forma, o veículo destacou-se por sua produção informativa e crítica, que abrangia uma diversidade de temas relacionados à realidade das mulheres: os desafios enfrentados no mercado de trabalho, a violência contra a mulher, a desigualdade salarial, além do direito ao trabalho e à educação, por exemplo. Por meio de reportagens, artigos e entrevistas, o jornal contribuiu para a conscientização e mobilização das mulheres na busca por direitos e igualdade de gênero, e com isso, ampliou o debate público e promoveu a visibilidade das demandas e reivindicações feministas. Buscou também sensibilizar a sociedade para a necessidade de transformações sociais e políticas, e por estas razões, tornou-se uma plataforma de expressão e empoderamento para as mulheres da época.

O Mulherio buscou estudar a condição feminina no Brasil, mediante o debate crítico dos problemas, levando à busca de soluções, ações oriundas de um Jornalismo crítico e social. Portanto, Adélia Borges e Fúlvia Rosemberg (1942-2014) — editoras —, Derly Barroso, — do projeto gráfico —, e todas as outras 16 mulheres que formaram o Conselho Editorial do jornal, como Lélia Gonzalez, para além de toda a “revolução” que fizeram à sua época, conseguiram ressignificar a palavra Mulherio, vista historicamente como pejorativa, dentro de suas possibilidades.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Traduzido por Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011. Tradução de: L'Analyse de Contenu.

Centro de Documentação e Memória da Unesp. **Pioneirismo do Movimento Negro Unificado pela igualdade racial** 2021. Disponível em: <https://www.cedem.unesp.br/#!/noticia/527/pioneirismo-do-movimento-negro-unificado-pela-igualdade-racial/>. Acesso em: 01 jul/2023.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

FIORIN, J. L. A Noção de Texto na Semiótica. *Organon: Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.*, v. 9, n. 23, p. 165– 176, 1995. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/29370>> Acesso em; 20 jul. 2023

Fundação Carlos Chagas. **Mulherio, uma história**. 2020. Disponível em: <<https://www.fcc.org.br/fcc/mulherio-home/>>. Acesso em: 01 jul/2023.

Fundação Carlos Chagas, 2020. **Pesquisa Mulher Negra**. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/conteudos especiais/mulherio/arquivo/I_3_1981menor.pdf>. Acesso em: 01 jul /2023.

KUCINSKI, B. **Jornalistas e Revolucionários: Nos tempos da imprensa alternativa**. 1 ed., 1991; Editora Página Aberta Ltda. 2 ed., revista e ampliada. São Paulo: Edusp, 1991.

ROTHBERG, D. **O Conceito de Enquadramento e sua contribuição à Crítica De Mídia**; In: CHRISTOFOLETTI, Rogério. *Vitrine E Vidraça: Crítica De Mídia e Qualidade No Jornalismo*. Covilhã, UBI: Livros LabCom, 2010 (p. 53-66).

SARTI, C. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória**. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(2): 264, maio-agosto/2004.